

X

# QUE VERDADE A COMISSÃO CHAM DESENTERRÁ-LA A NÃO PRODUZIU CO



# É ESSA? TODA A TE AGORA ISA ALGUMA

POR LEANDRO FORTES

TRANSPARENCIA  
DIREITOS  
HUMANOS  
TRACIA  
PAIS



**D**A ÁFRICA DO SUL do *Apartheid* aos vizinhos do Cone Sul vitimados por ditaduras sangrentas como a nossa, 40 nações pagaram no século passado seu tributo à memória e à justiça. O Brasil tenta desde março do ano passado, quando oficialmente foi criada a Comissão Nacional da Verdade, instituída para investigar e relatar os crimes contra os direitos humanos cometidos pelo aparato repressor do regime, dobrar esse cabo rumo à modernidade. É uma tentativa tardia de integrar o grupo de quem prestou contas do passado. E, para muitos críticos, além de atrasado, o comitê reúne todos os elementos para se tornar um fiasco.

Na segunda-feira 1º, data do 49º aniversário do golpe de 1964, um grupo de militantes do Levante Popular da Juventude e do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça aproveitou a cerimônia de abertura dos arquivos secretos da repressão da Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo para colocar o dedo na ferida. Diante do coordenador da comissão nacional, Paulo Sérgio Pinheiro, de autoridades do PT e do PSDB, os jovens leram o depoimento de uma militante torturada nas dependências do Deops e emendaram um manifesto no qual criticaram o ritmo lento dos trabalhos e a falta de transparência nas investigações. “A Comissão da Verdade é um avanço na política brasileira, porém, é necessário continuar os trabalhos e criar mecanismos de participação da sociedade nesse processo para garantir que os seus objetivos sejam cumpridos”, avisou Carla Bueno, da coordenação do Levante Popular.

A reação dos militantes coincidiu com a impaciência da própria presidenta Dilma Rousseff, uma vítima da ditadura. Na sexta-feira 29, ela exigiu a exposição de resultados práticos, de forma a garantir a “comoção nacional” necessária ao bom resultado da investigação. Entende-se a impaciência. A comissão tem pouco mais de um ano

**Desconforto.** *Dilma Rousseff, impaciente, cobra ação da comissão criada há uma ano e sem grandes feitos a mostrar até o momento*

FOTOS: IANO ANDRADE/D.A. PRESS e PEDRO LADEIRA/AFP



para apresentar um relatório final. Há uma quantidade enorme de documentos a serem analisados, dificuldades incompreensíveis de acessar arquivos nos estados, um escopo desnecessariamente amplo de apuração e uma cautela até agora inexplicável dos conselheiros, ainda que, com boa vontade, possa se dar um voto de confiança ao esforço dos 60 técnicos envolvidos no trabalho.

Após um ano de trabalho praticamente nada de relevante veio à tona. Uma ra-

ra notícia nova (nem tão nova, na verdade) foi a comprovação de que o deputado Rubens Paiva morreu sob tortura. Na versão dos militares, Paiva havia sido resgatado por militantes de esquerda. A melhor informação brotou, porém, da comissão paulista, que atua de forma diferente da nacional, a começar pela transparência da inves-

**Ao vivo.** Todas as sessões podem ser acompanhadas pelo distinto público

tigação (*quadro abaixo*). Foi o comitê de São Paulo que divulgou a lista de empresários e jornalistas frequentadores das dependências do DOI-Codi, possivelmente para um tour pelas sessões de tortura.

**P**ara piorar, o grupo nacional tem a intenção de apresentar apenas um relatório em 2014. Nem um mísero relatório parcial. Isso quer dizer que pouco ou quase nada será informado a respeito da apuração, uma bela forma de sufocar qualquer interesse da sociedade pelo assunto.

A comissão brasileira tem, porém, um desafio nada trivial, por comparação. Os comitês na Argentina, Uruguai e Chile atuaram por menos tempo, mas produziram resultados incontestes. A Justiça argentina condenou mais de 200 militares e civis por envolvimento em prisões, torturas, desaparecimentos e mortes durante a ditadura que vigorou de 1976 a 1983 e matou 30 mil cidadãos. A punição alcançou os mais altos escalões das Forças Armadas, entre eles, ditadores como Rafael Videla, condenado à prisão perpétua.

No Chile, a mobilização para punir os responsáveis por crimes começou antes do fim da ditadura de Augusto Pinochet, encerrada em 1990. Criada



## EM SÃO PAULO, A TRANSPARÊNCIA VIROU ARMA DA COMISSÃO ESTADUAL. NO RIO, UM VEXAME

**M**arise Egger estava presa no DOI-Codi quando Vladimir Herzog morreu. Naquele fim de outubro de 1975, os dois, e mais outros 95 militantes do PCB, estavam detidos no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), famoso pelas longas sessões de tortura. Na quarta-feira 3, Egger relembrou como conseguiu deixar com uma amiga seus dois filhos, um de 4 anos e outro de 5 meses, antes de ser levada na Veraneio dos repressores. Falava a uma plateia no Auditório Teotônio Vilela, na

Assembleia Legislativa de São Paulo. Era a 28ª audiência pública da Comissão da Verdade estadual.

Por pouco mais de uma hora, os presentes viram a ex-militante relatar como as torturas eram bem piores para as mulheres, invariavelmente acrescidas de abusos sexuais e ofensas de gênero. Viram-na suspirar profundamente mais de uma vez ao dizer que não conseguiria relatar em detalhes as violências e humilhações sofridas por dias seguidos. Ainda no palco, a amiga Amelinha Teles, integrante da comissão e também vítima da ditadura, a abraçou e a parabenizou pela coragem de depor em público.

Os telespectadores da TV

Assembleia puderam acompanhar o depoimento ao vivo pelo site do canal na internet. Até agora, a comissão realizou 30 sessões e reuniu mais de 50 horas de transmissão. O grupo atua em paralelo à comissão nacional e, diferentemente desta, optou pela transparência quase absoluta. Para acompanhar os trabalhos, basta ir à Assembleia, acessar o site ou sintonizar no canal público.

Essa estratégia permitiu, por exemplo, a revelação mais interessante desde o início do trabalho das comissões brasileiras: a lista de empresários e outros civis assíduos frequentadores do DOI-Codi paulista. A frequência da visita atesta a profunda vinculação de não militares com o aparato repressor e serve para desmitificar a tese da "ditadura militar", como se as Forças Armadas fossem as únicas responsáveis pelos 21 anos de escuridão da história brasileira

recente e pelos crimes contra os direitos humanos.

Até agora, são 154 os casos conhecidos de mortos ou desaparecidos no estado, e cada um deles será discutido em sessões abertas. Parte das audiências é das temáticas. Além do envolvimento de empresários da Federação das Indústrias de São Paulo, já foram objetos de discussão a Operação Bandeirantes (Oban), embrião do DOI-Codi, e o apoio do Consulado dos Estados Unidos ao golpe. Entre 6 e 10 de maio, será a vez dos casos de filhos de vítimas, crianças torturadas pelos verdugos, além daquelas traumatizadas pela ausência dos pais. Os filhos de Egger e outras 55 vítimas serão ouvidos ou terão suas vicissitudes relatadas.

"Estamos concentrados inicialmente no básico, nos casos de mortos e desaparecidos. Temos de saber onde estão todos os



em 2003, a Comissão da Verdade sobre Prisão Política e Tortura ouviu mais de 35 mil testemunhas de abusos. No último relatório, entregue em agosto de 2011 ao presidente Sebastián Piñera, a comissão apontou 40 mil vítimas oficiais da ditadura (3.225 mortos e desaparecidos). No Uruguai, onde os processos continuam, mesmo com as limitações impostas pela Lei de Anistia, dez militares foram condenados. Na lista, o ditador Gregorio Alvarez e o ex-presidente Juan María Bordaberry.

No Brasil, onde a Lei da Anistia revalidada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010 tornou-se um empecilho a processos judiciais contra ex-torturadores, os sete conselheiros da Comissão da Verdade formam um mosaico de "notáveis", termo caro à política e ao academicismo nacional, cuja principal consequência foi a proliferação de um ambiente onde não há hierarquia, muito menos consenso. Sem falar na briga de egos. Dilma decidiu por um equilíbrio entre poucos militantes de esquerda e outros mais conservadores, embora todos com histórico pessoal de luta pelos direitos humanos. Entre eles, dois ex-ministros da Justiça: José Carlos Cavalcanti, do governo José Sarney, e José Carlos Dias, da administração Fernando Henrique Cardoso.

O atual coordenador do grupo, Paulo

Sérgio Pinheiro, foi secretário especial de Direitos Humanos de FHC e representa a ala tucana que, nos anos 1990, deu o pontapé inicial para as investigações oficiais dos crimes cometidos contra a ditadura. Também estão na lista o ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles, a psicanalista Maria Rita Kehl, o ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada

**Avanço.** Alckmin abriu os arquivos do Deops, caso raro entre estados



de presos políticos, entre elas a presidenta, durante a ditadura.

Desde o início as coisas não andam bem. Com pouco dinheiro e muito trabalho, a comissão demorou a montar uma equipe de técnicos para realizar a monumental tarefa de escarafunchar documentos perdidos e escondidos por quase 50 anos. Segundo o secretário-executivo da comissão, Pedro Pontual, apenas do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) há 16 milhões de documentos ainda em fase de catalogação e digitalização. O trabalho, diz Parente, deve terminar em julho. Por causa do enorme lapso de tempo entre os fatos e a apuração, há muita dificuldade em obter testemunhos, dada a idade avançada tanto de vítimas quanto de algozes ainda vivos.

Até agora, a comissão realizou 13 audiências públicas pelo País e ouviu 130 vítimas da ditadura. Em sessões exclusivas, foram ouvidas 59 testemunhas. Dessas, 18 eram agentes da repressão. Outros 250 depoimentos estão programados, mas o número deverá aumentar diante da possibilidade de o prazo de investigação ser estendido para além de maio de 2014. Para facilitar as investigações, foram criados 12 grupos, divididos entre os conselheiros para tratar de temas específicos, como índios, sindicatos e a Operação Condor, a tenebrosa aliança formada no Cone Sul para perseguir adversários políticos das diversas ditaduras da região. Remontar toda essa história não será fácil.

corpos, quem matou cada uma das vítimas, onde e de que forma", explica o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão formada por dez deputados do PT, PSB, PV, PSDB, PSB e DEM. "Depois, temos de tentar ouvir os agentes da repressão. Mas aí precisa ver se eles vão falar." Ao contrário da comissão nacional, o comitê estadual não tem poder para convocar testemunhas, pode apenas convidá-las.

Segundo o parlamentar, a exposição pública dos trabalhos estimula o envolvimento da sociedade no debate e abre caminho para que torturadores e assassinos sejam julgados no futuro. "Fala-se muito em memória e verdade. Mas falta uma perna nesse tripé, a justiça. E isso tem de ser feito agora, ou vamos ter de contratar médiuns para fazer os depoimentos. As pessoas

estão morrendo, vai fazer 50 anos do golpe."

No Rio de Janeiro, outro centro importante de tortura e residência de muitos dos responsáveis pelo aparato repressor, a instalação da comissão da verdade estadual corre sério risco de se tornar um fiasco. Depois de patinar durante quatro meses, o comitê, presidido por Wadiah Damous, ex-presidente da OAB fluminense, tenta encontrar caminhos para finalmente sair do papel. Um dos primeiros pontos da pauta, tudo indica, será a investigação dos elos entre o atentado na OAB (uma carta-bomba matou uma secretária da ordem) e o frustrado ato de terror de Estado no Riocentro, quando uma das bombas levadas por militares explodiu antes de ser criminosamente instalada no show em homenagem ao Dia do Trabalhador em 1981.

— POR LINO BOCHINI

**U**ma das peculiaridades da estrutura, o rodízio de coordenadores, mostrou-se um problema para a continuidade dos trabalhos. O primeiro coordenador do grupo, o ministro Gilson Dipp, ficou menos de dois meses na função. Um problema de saúde, ainda não totalmente sanado, o afastou. Já o ex-ministro Cavalcanti ficou afastado para produzir uma pesquisa sobre Fernando Pessoa. Sua ausência atravancou o avanço de alguns grupos de trabalho.

Por essas e outras, um movimento interno pretende manter Pinheiro à frente da comissão até o fim dos trabalhos. O consenso não agrada, porém, à ala à esquerda do governo e parte dos movimentos civis de direitos humanos. A próxima a assumir a coordenação seria Rosa Cardoso, figura ligada aos movimentos sociais e sintonizada com a



preocupação de Dilma de criar uma comissão na opinião pública.

A posição de Pinheiro é diferente. Para o diplomata, a confidencialidade de boa parte dos depoimentos é a única maneira de alcançar o objetivo proposto: apontar os responsáveis pelos crimes. Isso inclui não só os torturadores nos porões, mas a cadeia de comando e os colaboradores e patrocinadores civis. Empresários e políticos serão ouvidos. Um dos primeiros a serem convocados será Paulo Egydio Martins, ex-governador de São Paulo. "Não há forma de concluir o trabalho a contento sem a tomada de depoimentos discretos e a reunião de provas e indícios", argumenta Pinheiro. "Esta é a Comissão da Verdade do Brasil. Dificilmente haverá outra. Temos um compromisso histórico."

Segundo ele, todas as mais de 40 comissões da verdade instaladas até hoje trabalharam em sigilo, ao menos em parte. Ele cita ainda a dificuldade de obter acesso aos

documentos estaduais e de órgãos federais. "Os arquivos do Itamaraty, por exemplo, só agora estão sendo analisados." O coordenador tem no conselheiro José Carlos Dias aliado poderoso. "Não podemos colocar em risco o resultado do trabalho, a validade de nossas investigações, com a pressa em satisfazer a curiosidade da mídia e da sociedade", diz o ex-ministro de FHC.

**A** experiência histórica no Brasil alimenta o ceticismo. O argumento da cautela e da responsabilidade invariavelmente serve ao arrego. E este sempre a favor de quem detém o poder. Se depender do estilo de Pinheiro e Dias, o mais provável é o Brasil desperdiçar a única chance de oferecer às gerações futuras a verdade sobre os fatos e a compreensão de um momento histórico vergonhoso que não pode ser repetido.

Como era de se esperar, a comissão precisa também administrar o melindre da caserna. A insatisfação dos militares começou no fim de 2009, quando o governo Lula aprovou a terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), um conjunto de propostas que simplesmente aprimorava as duas edições anteriores, ambas publicadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e sob a batuta de Pinheiro. Na versão petista, contudo, a previsão de criação da Comissão da Verdade soou mais do que bravata. À época, o secretário nacional de Direitos Humanos era Paulo Vanucci, odiado nos quartéis.

Ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanucci coordenou, nos anos 1980, o projeto Brasil: Nunca Mais, operação sigilosa que resultou em um livro homônimo essencial para a compreensão da história recente do País, e base de diversas ações de resgate da memória nacional dos anos de chumbo.

## RICARDO SALLES, SECRETÁRIO PARTICULAR DE ALCKMIN, O PERFEITO IDIOTA PAULISTANO



**A** abertura de arquivos da ditadura é antiga reivindicação de historiadores e vítimas da repressão política. Não por acaso, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, preocupou-se em organizar uma pomposa cerimônia para anunciar que, a partir da segunda-feira 1º, todas as fichas do extinto Dops, uma das centrais de tortura do regime militar, estariam disponíveis para consulta na internet. A festa não saiu, porém, como o esperado. Ao lado do governador estava um ilustre convidado: seu novo secretário particular, o advogado Ricardo

Salles, crítico ferrenho da Comissão da Verdade e defensor do golpe de 1964.

Fundador do Movimento Endireita Brasil, Salles manifestou-se em diversas ocasiões contra a possibilidade de punir os militares envolvidos nos casos de tortura, sequestro e morte, além de questionar a própria existência desses crimes, fartamente documentos. É desses cidadãos que gostam de se referir ao golpe como "o movimento de 31 de março".

Durante sua fracassada tentativa de se eleger deputado estadual pelo DEM, em 2010, criticava "a farra dos anistiados políticos" em seu material de campanha. No Facebook, seu movimento se refere à presidenta Dilma Rousseff como "terrorista". A Comissão da Verdade, em sua peculiar visão de mundo, é apresentada como "Comissão da Vingança".

No ano passado, durante uma palestra no Clube Militar, Salles defendeu abertamente a impunidade dos algozes da ditadura. "A punibilidade penal dos fatos, a partir de uma certa idade, não existe mais. Não vamos ver

generais e coronéis acima dos 80 anos presos por crimes de 1964. Se é que eles ocorreram."

Ao tomar conhecimento das declarações do assessor de Alckmin, o escritor Marcelo Rubens Paiva exigiu um pedido de retratação do governo. "Sim, esses crimes ocorreram", escreveu em seu blog. "Sou testemunha viva. Eu e minhas irmãs. Vimos meu pai, minha mãe e irmã Eliana serem levados". O escritor é filho do deputado Rubens Paiva, morto sob tortura em 1971.

As declarações de Salles geraram desconforto até mesmo entre tucanos de alta plumagem. O senador Aloysio Nunes Ferreira, que lutou na clandestinidade contra a ditadura, repriminou a fala do assessor: "Discordo quando se tenta negar a existência de violações aos direitos humanos". Para o ex-governador Alberto Goldman, trata-se de uma deficiência educacional. "No mínimo, ele desconhece a história brasileira", disse o tucano, que militou no PCB durante a ditadura.

Alckmin preferiu não rebater as críticas. E o assessor continua lá, na antessala do governador.

— POR RODRIGO MARTINS





**Paulo Egydio Martins.** O ex-governador paulista será convocado a testemunhar

Publicado em 1985, o *Brasil: Nunca Mais* foi o primeiro esboço de uma comissão da verdade nacional. A partir de processos do Superior Tribunal Militar, desmontou a versão oficial da ditadura para a morte de dezenas de militantes de esquerda e relatou quase 2 mil casos de tortura a cidadãos brasileiros levados a cabo por agentes da repressão.

O temor dos militares fora exagerado. Vanucci não resistiu às pressões coordenadas pelo então ministro da Defesa, Nelson Jobim, e cedeu. Os principais pontos do plano foram bombardeados, após a ameaça de Jobim e de alguns comandantes das Forças Armadas se de-

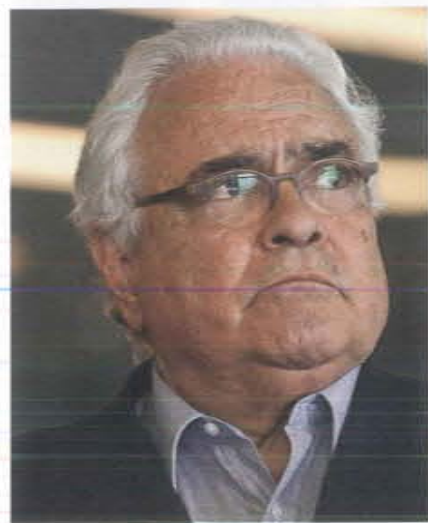
mitirem. Um acordo de bastidores encerrou a crise a partir de modificações pontuais, mas ladinas, no texto, basicamente com a retirada do período específico determinado para a investigação de casos de tortura durante a ditadura (entre 1964 e 1985), para estendê-lo de 1946 a 1988, período entre as duas Constituições redigidas em normalidade democrática. Trocou-se o específico pelo genérico, artifício igualmente usado para viabilizar a instalação da Comissão Nacional da Verdade em 16 de março de 2012.

A birra dos militares empenhados na defesa da ditadura ou, na palavra deles, da “revolução”, dizia respeito ao “Eixo Orientador VI” do PNDH-3 sobre “Direito à Memória e à Verdade”. Na chamada “Diretriz 23” havia sido definido

que o Estado brasileiro iria “promover a apuração e o esclarecimento público de violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985”. Mais ainda: falava em “identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de direitos humanos, suas ramificações nos diversos aparelhos de Estado e em outras instâncias da sociedade”. A reação vai além do simples desejo de evitar a exposição pública dos algozes. O objetivo é evitar justamente a identificação da cadeia de comando, uma nova brecha para futuros processos judiciais contra militares.

A comissão, ao menos em um ponto, não cederá à pressão da direita. Os crimes cometidos por grupos de esquerda durante a luta armada não serão investigados. E por um motivo óbvio: os militantes já foram punidos (torturados, assassinados ou submetidos a julgamentos de fãncaria em tribunais de exceção). Muitos réus estavam mortos quando foram levados “à revelia” aos tribunais, parte da farsa montada para apresentá-los como condenados, a fim de esconder o fato de que haviam sido assassinados nos porões. Foi o caso do estudante Stuart Angel, torturado a mando do brigadeiro João Paulo Burnier, na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Depois de submetido a espancamentos e choques elétricos no pau de arara, Angel foi arrastado pelo pátio do quartel com a boca presa a um cano de descarga de um jipe militar. Morto em consequência da asfixia por monóxido de carbono, acabou na lista de desaparecidos políticos da ditadura.

Por lei, a comissão não tem poder de tribunal. Ou seja, não pode punir os envolvidos em violações a direitos humanos. Apenas sistematizar as informações e reuni-las em um relatório final a cargo da historiadora Heloisa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais, assessora especial da comissão. Mas até os generais de pijama perceberam que por trás da aparente pacificidade da missão se esconde um mundo de possibilidades, todas contrárias a seus interesses. Ao concluir a identificação individual dos agentes da repressão, a comissão vai criar um fato novo com enorme potencial para reabrir as discussões sobre a validade da Lei da Anistia. A esta altura, seria um avanço. ●



**A turma do veja bem.** Dias e Pinheiro, defensores da cautela ou da velha conciliação?